

Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

"Luta e Resistência no campo: A reabertura da escola municipal "Rosalvo Silva dos Santos", no povoado Salgado Grande, Rio Real/BA

"Struggle and Resistance in the countryside": The reopening of the municipal school "Rosalvo Silva dos Santos", in the Salgado Grande village, Rio Real/BA

"Lucha y resistencia en el campo": La reapertura de la escuela municipal "Rosalvo Silva dos Santos", en el pueblo de Salgado Grande, Rio Real/BA



Rony Rei do Nascimento Silva

Universidade Tiradentes (Unit), Aracaju, Sergipe, Brasil,

rony.nascimento@souunit.com.br



Adeyde dos Santos Rodrigues

Universidade Tiradentes (Unit), Aracaju, Sergipe, Brasil,

mestrado_deydesr@souunit.com.br

Resumo: Este artigo tem como objetivo compreender de que modo a luta e a resistência coletiva da comunidade do Povoado "Salgado Grande", Rio Real, Bahia, contribuíram

para a reabertura da Escola Municipal “Rosalvo Silva dos Santos” e sua importância para a valorização e fortalecimento da educação no/do campo na região. A educação constitui um direito fundamental de todos, e para os povos do campo esse direito assume especial importância diante dos desafios de acesso e permanência escolar. A pesquisa foi fundamentada em aportes teóricos de Paulo Freire (2005), Roseli Caldart (2004; 2011), Miguel Arroyo (2007; 2010) e Stuart Hall (1997; 2003), que concebem a educação do campo como prática emancipatória, vinculada à cultura camponesa e ao direito social. No que se refere à metodologia, adotou-se uma abordagem qualitativa de caráter descritiva, com coleta de dados e observações participantes durante quatro meses, no primeiro semestre de 2024. O percurso investigativo envolveu a seleção do caso, levantamento e análise das informações e, posteriormente, a interpretação dos resultados à luz da teoria da educação do campo. Os achados revelam a complexidade das lutas sociais em torno do direito à educação, destacando que a resistência coletiva e a mobilização comunitária foram determinantes para a conquista da reabertura escolar. Assim, a retomada das atividades da instituição evidencia que a manutenção das escolas do campo deve ser compreendida como um direito inegociável, condição indispensável para assegurar a dignidade, a permanência territorial e a justiça social aos povos camponeses.

Palavras-chave: Educação no/do Campo. Escola Municipal “Rosalvo Silva dos Santos”. Participação Comunitária. Resistência.

Abstract: This article aims to understand how the collective struggle and resistance of the community of Salgado Grande, in Rio Real, Bahia, contributed to the reopening of the Municipal School “Rosalvo Silva dos Santos” and its importance for the strengthening and consolidation of education in the countryside of the region. Education is a

fundamental right for all, and for the peoples of the countryside, this right takes on particular relevance given the challenges of access and school retention. The research was grounded in the theoretical contributions of Paulo Freire (2005), Roseli Caldart (2004; 2011), Miguel Arroyo (2007; 2010), and Stuart Hall (1997; 2003), who conceive education of the countryside as an emancipatory practice, linked to peasant culture and social rights. Methodologically, a descriptive qualitative approach was adopted, with data collection and participant observation carried out over four months in the first semester of 2024. The investigative process involved case selection, data collection and analysis, and subsequent interpretation of the results in the light of the theory of education of the countryside. The findings reveal the complexity of social struggles surrounding the right to education, highlighting that collective resistance and community mobilization were decisive in achieving school reopening. Thus, the resumption of school activities shows that maintaining schools in the countryside must be understood as a non-negotiable right, an essential condition for ensuring dignity, territorial permanence, and social justice for peasant communities.

Keywords: Community Participation. Municipal School "Rosalvo Silva dos Santos". Resistance. Rural Education.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo comprender cómo la lucha y la resistencia colectiva de la comunidad del pueblo Salgado Grande, en Rio Real, Bahía, contribuyeron a la reapertura de la Escuela Municipal "Rosalvo Silva dos Santos" y su importancia para la valorización y el fortalecimiento de la educación en/del campo en la región. La educación constituye un derecho fundamental de todos, y para los pueblos del campo este derecho adquiere especial relevancia ante los desafíos de acceso y permanencia escolar. La investigación se fundamentó en los aportes teóricos de Paulo Freire (2005), Roseli Caldart (2004; 2011), Miguel Arroyo (2007; 2010) y Stuart Hall (1997; 2003),

quienes conciben la educación del campo como una práctica emancipatoria, vinculada a la cultura campesina y al derecho social. En cuanto a la metodología, se adoptó un enfoque cualitativo de carácter descriptivo, con recolección de datos y observación participante durante cuatro meses, en el primer semestre de 2024. El recorrido investigativo incluyó la selección del caso, el levantamiento y análisis de la información y, posteriormente, la interpretación de los resultados a la luz de la teoría de la educación del campo. Los hallazgos revelan la complejidad de las luchas sociales en torno al derecho a la educación, destacando que la resistencia colectiva y la movilización comunitaria fueron determinantes para la conquista de la reapertura escolar. Así, la reanudación de las actividades de la escuela evidencia que el mantenimiento de las escuelas del campo debe ser comprendido como un derecho irrenunciable, condición indispensable para garantizar la dignidad, la permanencia territorial y la justicia social de los pueblos campesinos.

Palabras clave: Educación en/del Campo. Escuela Municipal “Rosalvo Silva dos Santos”. Participación Comunitaria. Resistencia.

Data de submissão: 17/07/2024

Data de aprovação: 03/10/2025

Introdução

Eu quero uma Escola do Campo. Onde
esteja o ciclo da nossa semente. Que
seja como a nossa casa, que não seja
como a casa alheia.

O poema “Eu quero uma Escola do Campo”, declamado no Fórum de Educação do Campo do Recôncavo e Vale do Jiquiriçá/BA, traduz em versos o desejo coletivo por uma escola que dialogue com a vida, a cultura e o trabalho no campo. Ao afirmar “onde esteja o ciclo da nossa semente”, o texto reivindica uma educação vinculada ao calendário agrícola, aos saberes tradicionais e ao modo de vida camponês, em oposição a modelos escolares urbanos que muitas vezes desconsideram essas especificidades. A metáfora da escola como “nossa casa” reforça a ideia de pertencimento, acolhimento e identidade, enquanto a recusa de que seja “como a casa alheia” denuncia a rejeição a práticas pedagógicas impostas de fora, descoladas da realidade local.

A educação do campo constitui uma concepção político-pedagógica forjada nas lutas e mobilizações históricas dos povos camponeses, ultrapassando em muito os limites da escolarização formal. Ela se afirma como resistência a um sistema capitalista que insiste em negar direitos, invisibilizar demandas e perpetuar exclusões, ao mesmo tempo em que rompe com a lógica homogeneizadora da escolarização tradicional.

Nesta perspectiva, o direito à educação para os sujeitos do campo deve estar intrinsecamente articulado às suas condições de vida, ao trabalho na terra e às dinâmicas próprias das comunidades campesinas, reconhecendo sua cultura, seus saberes e sua luta por dignidade e justiça social.

Neste sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) estabelece que a oferta educativa destinada às comunidades do campo precisa ser contextualizada, respeitando a realidade concreta dos camponeses, e integrada ao seu modo de produção, às práticas culturais e às formas de organização social. Trata-se, portanto, de uma perspectiva que reconhece a escola do campo como espaço de formação humana e cidadã, comprometida com a emancipação e com a valorização da identidade camponesa.

Assim, a educação do campo projeta-se como horizonte de emancipação coletiva, pois não se limita a reivindicar escolas para os camponeses, mas afirma uma concepção de sociedade na qual o conhecimento é ferramenta de transformação e resistência. Trata-se de uma pedagogia que recoloca os povos do campo no centro do debate sobre desenvolvimento, democracia e justiça social, evidenciando que o direito à educação, quando pensado a partir de seus territórios, pode se tornar instrumento de afirmação política e de construção de novas possibilidades de futuro.

Desta forma, a educação do campo se estrutura em pilares que a distinguem da escolarização tradicional: afirma a educação como direito humano e social inegociável, vinculado ao território, ao trabalho na terra e às práticas culturais camponesas; valoriza os saberes populares em diálogo com o conhecimento científico; defende a gestão democrática com participação comunitária; e se articula às lutas dos movimentos sociais, configurando-se como prática emancipatória voltada à transformação da realidade social e ao fortalecimento da dignidade dos sujeitos do campo. Isso implica na compreensão de que a educação deve ser um processo de comunicação e participação, e não apenas uma transmissão de conhecimento, como destacou Kaplún (1992, p. 15). Este princípio é fundamental na educação do campo, que se baseia em uma pedagogia participativa e dialógica, em oposição ao modelo transmissivo e centralizado.

A comunidade deve estar ativamente envolvida no processo educativo, contribuindo para a construção do currículo e para a tomada de decisões. Como argumenta Freire (2005, p. 83), “não há educação que não seja libertadora,” e essa libertação vem por meio da participação ativa e crítica dos educandos e da comunidade.

A transformação das comunidades do campo é um desafio que requer o envolvimento individual e comunitário. Para isso, é fundamental que a educação seja uma ferramenta eficaz para empoderar os alunos e a comunidade, promovendo a autonomia e a capacidade de

agir sobre seu próprio contexto. Como Kaplún (1992, p. 23) observa, a educação deve ser uma ferramenta para transformar a realidade. Além disso, a educação deve ajudar os alunos a compreenderem e afirmarem suas próprias identidades, pois, como destaca Hall (1997, p. 24), “a identidade é formada na intersecção entre o que o mundo faz de nós e o que fazemos de nós mesmos”.

Este estudo de caso tem como objeto a luta e resistência coletiva da comunidade de Salgado Grande, no município de Rio Real, Bahia, pela reabertura da Escola Municipal Rosalvo Silva dos Santos, em 2024. O objetivo é compreender como os processos de mobilização e participação comunitária contribuíram para a reabertura da Escola Municipal Rosalvo, evidenciando sua relevância para a valorização e o fortalecimento da educação do campo, ressaltando a importância desta conquista para a consolidação da identidade e da permanência das comunidades camponesas na região.

Diante da reabertura da referida escola, coloca-se a seguinte questão: De que maneira a mobilização e a participação comunitária contribuíram para este processo? Em que medida tal conquista se tornou fundamental para a valorização e o fortalecimento da educação do campo? Como a pressão exercida pela comunidade reafirmou o direito à escola como argumento de permanência dos camponeses na região? Para responder a essas questões, foi adotada uma abordagem qualitativa descritiva, baseada em observação participante e análise documental.

A observação participante envolveu o comparecimento do pesquisador em reuniões comunitárias, com gestores e autoridades, permitindo uma compreensão mais íntima das experiências e perspectivas dos atores envolvidos. Esta abordagem permitiu ao pesquisador capturar a complexidade da luta e resistência da comunidade, bem como as estratégias e táticas utilizadas para promover o acesso à educação no campo. Isso permitiu, ainda, que a análise fosse representativa e precisa, garantindo a fidelidade dos resultados.

Os dados coletados, incluindo atas de reuniões, de resultados, fichas de matrículas, relatórios, leis e outros documentos, forneceram informações valiosas sobre o processo de reabertura da escola. Esta análise demonstrou que a comunidade e os atores envolvidos se mobilizaram para lutar pelo direito à educação, superando obstáculos como a falta de recursos e a burocracia.

A união e a determinação da comunidade foram fundamentais para o sucesso do processo, ilustrando o poder da resistência social e da ação coletiva na promoção do acesso à educação no campo. A abordagem qualitativa descritiva, combinada com a observação participante, permitiu uma compreensão mais profunda e detalhada da mobilização e força coletiva, destacando a importância da luta e da resistência social na promoção do acesso à educação no campo.

Assim, o texto organiza-se em três partes: (I) a discussão sobre a luta e a resistência para a educação no/do

campo e sua relação com a identidade e a transformação social; (II) a análise do processo de fechamento e da reabertura da Escola Municipal Rosalvo Silva dos Santos, no povoado de Salgado Grande; e (III) as conclusões, que destacam as implicações para o fortalecimento da Educação do Campo e para a formulação de políticas públicas.

O estudo deste caso deve ter implicações mais amplas, extrapolando o âmbito local e influenciando a política educacional e a promoção da educação do campo. Além disso, contribuirá para uma futura formulação de políticas públicas que sejam mais eficazes para a educação campestina, garantindo o direito à educação em áreas rurais e considerando as especificidades dessas regiões e a importância da participação comunitária.

Entre o “No” e o “Do” campo: Educação, Identidade e Transformação social

A relevância da luta e da resistência para o desenvolvimento educacional do campo tem sido amplamente discutida por diversos pesquisadores e educadores, entre os quais Paulo Freire, que ressalta que “a educação é um processo político que envolve a luta contra a opressão e a dominação, e que busca promover a libertação e a autonomia dos indivíduos e das comunidades” (Freire, 2005, p. 23). Nesta perspectiva, a educação do campo não

pode se restringir à transmissão de conteúdos escolares, mas deve configurar-se como prática de conscientização e emancipação, construída no enfrentamento das estruturas sociais, políticas e econômicas que historicamente marginalizaram as comunidades camponesas.

Ao resgatar a memória coletiva e valorizar a identidade campesina, a luta pela educação do campo expressa também a luta pela justiça social e pela democratização do acesso ao conhecimento. Rosângela Leite (2001) enfatiza que a educação do campo é, antes de tudo, um projeto voltado para romper com a lógica da exclusão, estimulando a participação e a inclusão dos povos camponeses nos processos de desenvolvimento. Neste horizonte, a ação coletiva torna-se elemento essencial para contestar a hegemonia cultural e política que tende a reduzir o campo a uma condição de subalternidade.

O campo, enquanto espaço de vida e trabalho, é marcado por desigualdades históricas e por injustiças sociais, econômicas e culturais que repercutem diretamente sobre a educação. Combatê-las exige uma concepção educacional inclusiva, capaz de dialogar com as realidades concretas das comunidades campesinas.

Nesta direção, Freire (1970) destaca que a educação libertadora é um processo que forma sujeitos críticos e conscientes, preparados para transformar a realidade e construir um mundo mais justo e humano. Essa perspectiva se articula com a teoria crítica que orienta este estudo, a qual evidencia que a resistência comunitária não

se restringe à defesa das escolas, mas se vincula à luta mais ampla por terra, trabalho e dignidade, compreendendo a educação como pilar da transformação social. Stuart Hall (2003, p. 127) corrobora este entendimento ao afirmar que “a cultura é um campo de luta, onde diferentes grupos sociais disputam significados”, sendo nesse espaço de disputa que a educação do campo se fortalece como prática contra-hegemônica.

De forma convergente, Miguel Arroyo (2007) enfatiza que a educação do campo deve recuperar a memória e a identidade das comunidades camponesas, promovendo a valorização da cultura e dos saberes populares. Em vez de impor modelos externos, a resistência reafirma a centralidade da experiência campesina na produção de conhecimento, legitimando a escola como espaço de reconhecimento das lutas sociais. Tal perspectiva dialoga com Freire (1987, p. 60), para quem a educação deve ser compreendida como prática cultural, capaz de “ler e escrever o mundo de forma crítica e criativa”, ou seja, articulada às condições concretas dos sujeitos do campo, e não a uma visão idealizada e romantizada de sua vida.

Nesta lógica, a ação coletiva assume a forma de resistência à opressão e à exclusão, permitindo que os grupos subalternos reivindiquem seus direitos e construam sua própria identidade. Essa dimensão encontra respaldo em Kaplún (1985, p. 12), ao afirmar que “a educação popular não é uma educação para os pobres, mas uma educação

que parte dos pobres, que se apoia neles, que se alimenta deles”.

A luta pela educação do campo, portanto, está imbricada com a luta contra a exploração econômica e social que historicamente excluiu as comunidades camponesas dos processos de desenvolvimento. Trata-se de uma resistência que articula educação, acesso a terra, justiça social, preservação da cultura e democratização do acesso a direitos básicos como saúde, moradia, água e recursos naturais. Desta forma, a escola do campo deixa de ser apenas espaço de ensino formal para tornar-se lugar de emancipação, inclusão e valorização da diversidade cultural, legitimando o direito dos povos camponeses de existir e resistir.

Este debate evidencia também a distinção fundamental entre a educação **no** campo e a educação **do** campo. A primeira diz respeito ao acesso à escolarização no território em que vivem os sujeitos camponeses, enquanto a segunda resulta da mobilização social e da afirmação identitária dos povos do campo, configurando-se como projeto político-pedagógico comprometido com a valorização dos saberes, das experiências e das particularidades culturais, além de fomentar a transformação social (Caldart, 2004; Arroyo, 2012). Como reforça Caldart (2011), o povo tem direito a ser educado no espaço onde constrói sua vida cotidiana e, simultaneamente, a ter uma educação pensada desde o

território, vinculada à cultura, às necessidades humanas e às demandas sociais.

Assim, a educação no campo diz respeito à escolarização oferecida no território onde vivem os povos camponeses. Ela reconhece que esses sujeitos têm o direito de estudar no lugar em que constroem sua vida cotidiana, sem precisar se deslocar ou romper com sua realidade territorial. Já a educação do campo se configura como um projeto político-pedagógico forjado pelas lutas sociais, que valoriza os saberes, a cultura, o trabalho e a identidade camponesa. Enquanto a educação no campo garante o direito de acesso à escola no próprio território, a educação do campo reivindica uma concepção de educação construída a partir das especificidades e da historicidade dos sujeitos camponeses, articulando escolarização, emancipação e transformação social.

Para Arroyo (2010), a educação do campo deve construir uma nova relação entre campo e cidade, superando a dicotomia histórica que relegou os sujeitos camponeses à marginalidade. Esta superação requer espaços educacionais sensíveis às realidades locais, capazes de estimular a organização comunitária e fortalecer a mobilização social na defesa de direitos. Neste processo, a escola se torna um ambiente de produção de saberes, de fortalecimento da identidade e de ampliação da cidadania camponesa. Caldart (2004) enfatiza que a educação do campo reflete a luta por valorização cultural, acesso a direitos e formulação de políticas inclusivas, revelando-se

como instrumento de transformação social que articula dimensões políticas, culturais, econômicas e ambientais.

Assim, a educação do campo não se restringe ao ensino formal: ela deve ser compreendida como processo de emancipação e libertação, no qual os sujeitos constroem autonomia e participação ativa em seu futuro coletivo. Além de abarcar a luta por direitos e democratização do acesso a serviços básicos, a educação do campo também assume dimensão ambiental, promovendo a conscientização para o desenvolvimento sustentável e a preservação da biodiversidade. Arroyo (2010) destaca que a educação do campo deve orientar-se para a promoção do desenvolvimento sustentável, reconhecendo a interdependência entre sociedade, economia e meio ambiente. Nesta perspectiva, a educação do campo consolida-se como prática contra-hegemônica, capaz de articular luta social, identidade camponesa e transformação estrutural, legitimando a resistência como caminho para a justiça social e para o fortalecimento dos povos do campo.

O processo de fechamento e a reabertura da Escola Municipal Rosalvo Silva dos Santos em Rio Real/BA

A Escola Municipal Rosalvo Silva dos Santos, localizada no povoado de Salgado Grande, município de Rio

Real, Bahia, possui uma trajetória marcada por transformações institucionais e pedagógicas que refletem o contexto educacional do campo brasileiro. Inicialmente, sua origem remonta ao ano de 1982, quando foi criada sob a denominação de Escola Municipal Pequeno Príncipe, representando um marco para a garantia do direito à educação às crianças camponesas daquela comunidade.

Posteriormente, a instituição passou a ser denominada Escola Municipal Rosalvo Silva dos Santos, consolidando-se como referência educacional no território. Ao longo de sua existência, entre 1982 e 2008, a escola atendeu aproximadamente 1.322 estudantes, número que evidencia sua importância histórica e social para o povoado e para o município. Nesse período, além de ofertar a educação infantil, a escola também manteve classes multisseriadas, modalidade característica do campo que, por sua vez, era marcada pela heterogeneidade etária e pela necessidade de organização pedagógica diferenciada.

Entretanto, ao analisar o percurso formal da escola, constata-se que sua criação ocorreu unicamente por meio da Lei Municipal n.º 471/1997, a qual instituiu juridicamente sua existência no âmbito do município. Todavia, este ato de criação, embora representasse um marco significativo para assegurar a presença de uma unidade escolar no território camponês, não foi acompanhado dos procedimentos administrativos indispensáveis à sua efetiva consolidação legal. Como consequência, não se verificou, por parte do poder público,

qualquer medida subsequente que garantisse a autorização de funcionamento, tampouco o devido registro no Conselho Municipal de Educação, órgão responsável pelo credenciamento e pela supervisão da regularidade das instituições escolares.

Deste modo, nota-se que, durante todo o período em que esteve em atividade, a Escola Municipal Rosalvo Silva dos Santos operou sem a devida formalização institucional. Na prática, isso significa que, apesar de ter cumprido um papel essencial para a comunidade e de ter assegurado a escolarização de mais de mil crianças ao longo de décadas, sua existência se sustentou apenas no ato inaugural, carecendo do respaldo normativo e regulatório que lhe conferiria legitimidade plena no sistema educacional. Assim, tal ausência de credenciamento revela não apenas fragilidades administrativas, mas também o modo como a educação do campo, muitas vezes, foi relegada a um segundo plano, funcionando à margem da legalidade formal. Ainda assim, a escola se manteve em atividade, sustentada pela força social e pela necessidade concreta da comunidade campesina.

Com efeito, o fechamento da Escola Municipal Rosalvo Silva dos Santos ocorreu em 2009, no contexto da política municipal de nucleação, que visava concentrar estudantes do campo em polos centralizados. A decisão foi tomada pela Secretaria Municipal de Educação sem consulta à comunidade, sem manifestação do Conselho Municipal de Educação e sem estudos prévios sobre o impacto da

medida. Embora tenha sido oficialmente justificada pela “otimização de recursos”, pelo fim das classes multisseriadas e pelo “melhor aproveitamento da estrutura física”, essa medida ignorou as especificidades territoriais e culturais dos moradores do povoado. Consequentemente, comprometeu diretamente o direito à educação das crianças camponesas.

Gráfico 1. Evolução das matrículas na Escola Municipal Rosalvo Silva dos Santos (1982–2024)



Fonte: Elaboração própria, com base em atas finais e relatórios de matrículas da Secretaria Municipal de Educação de Rio Real (1982–2024).

O gráfico evidencia que a trajetória de matrículas da Escola Municipal Rosalvo Silva dos Santos foi marcada por intensas oscilações, revelando tanto momentos de expansão quanto de retração. Observa-se que, nos primeiros anos de funcionamento, a escola apresentou instabilidade, com queda expressiva em 1984, seguida de um crescimento gradativo até atingir um dos maiores picos em 1992, quando alcançou 74 alunos. Esse período de auge

revela a consolidação da instituição como referência para a comunidade camponesa. Entretanto, a partir da segunda metade da década de 1990, inicia-se um movimento de declínio, com pequenas variações anuais, culminando na redução acentuada após 2002, quando as matrículas passaram a registrar números cada vez menores até chegar a apenas 24 estudantes em 2008.

Ademais, as justificativas apresentadas pelo poder público para o fechamento da Escola Municipal Rosalvo Silva dos Santos revelaram-se fortemente marcadas por uma lógica gerencialista. Sob o argumento da baixa matrícula e da necessidade de otimização de recursos, buscou-se legitimar a extinção das classes multisseriadas, entendidas pela gestão como dispendiosas e ineficientes. Entretanto, esta concepção reducionista desconsiderou a função social da escola do campo e negligenciou as especificidades pedagógicas dos sujeitos, transformando o direito à educação em mera variável administrativa vinculada à contenção de gastos.

As consequências do fechamento da Escola Municipal Rosalvo Silva dos Santos, no povoado de Salgado Grande, foram imediatas e severas. As 24 crianças que frequentavam turmas multisseriadas ficaram privadas do acesso à escola em seu próprio território, sendo forçadas, em alguns casos, a enfrentar longos e inseguros deslocamentos até unidades nucleadas. Outras, sobretudo as da educação infantil, acabaram por abandonar completamente a vida escolar. Este vácuo educacional

repercutiu de forma direta no aumento da exclusão social, no enfraquecimento da identidade comunitária e na intensificação do êxodo juvenil do campo.

Além da interrupção do processo educativo, o fechamento implicou no abandono do prédio escolar, configurando a perda do único equipamento público estatal existente na localidade. O espaço, que outrora simbolizava a presença do Estado e a garantia do direito à educação, transformou-se em um prédio desativado e sem função social, tornando-se evidência do descaso com as comunidades campesinas. Esse abandono pode ser observado na Figura 1, que ilustra o estado atual da edificação escolar, marcada pela deterioração física e pela ausência de políticas públicas que lhe deem nova função social.

Figura 1. Prédio da Escola Municipal Rosalvo Silva dos Santos após o fechamento, evidenciando o abandono do único equipamento público na comunidade (povoado Salgado Grande, Rio Real – BA)



Fonte: Imagem registrada pelos autores (2024).

A Figura 1 registra o estado de abandono da instituição, destacando a precariedade estrutural decorrente de sua desativação em 2009, no contexto da política de nucleação escolar. O prédio permaneceu fechado por 15 anos, o que simboliza a exclusão educacional vivida pelas crianças camponesas do Povoado de Salgado Grande e o enfraquecimento da identidade comunitária. Como enfatiza Caldart (2012), o fechamento de escolas no campo não atinge apenas a dimensão pedagógica, mas também compromete laços culturais, sociais e políticos, uma vez que rompe vínculos comunitários e agrava a ausência de políticas estatais no território.

Neste sentido, o encerramento das atividades da escola não significou apenas o silenciamento de vozes infantis em uma sala de aula, mas representou a retirada da própria presença do Estado, deixando como legado a

desassistência, o abandono e a invisibilidade das demandas dos sujeitos do campo.

Após esse cenário de perdas, os moradores do povoado iniciaram, em 2024, um processo de mobilização coletiva para exigir a reabertura da escola. A comunidade organizou abaixo-assinados, buscou apoio em lideranças locais e legislativas, além de pressionar a gestão municipal em diferentes espaços de deliberação. Este movimento encontrou respaldo jurídico na Lei n.º 12.960/2014, que determina a obrigatoriedade de consulta às comunidades e aos órgãos normativos antes do fechamento de escolas do campo, além de reafirmar princípios da LDB n.º 9.394/1996, como o direito de acesso à escola pública mais próxima da residência (Brasil, 1996; Brasil, 2014).

Neste contexto, a mobilização foi fortalecida pelo inconformismo e pela resistência cotidiana das famílias locais, que se recusaram a aceitar a exclusão educacional como destino. Como observa Freire (1987), a luta não se restringe ao acesso à escolarização, mas envolve a conquista de condições de organização, autonomia e emancipação social. Do mesmo modo, Caldart (2012) salienta que a educação do campo é inseparável das lutas históricas dos povos camponeses, pois ultrapassa os limites da escola e envolve a defesa de direitos, territórios e identidades. A resistência do povoado configurou-se, portanto, como exercício de cidadania e afirmação da identidade campesina, em contraposição às políticas de

caráter tecnocrático que desconsideram os modos de vida do campo (Molina; Freitas, 2011).

Posteriormente, as visitas técnicas realizadas pelo programa Busca Ativa Escolar, vinculado ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), revelaram a dimensão concreta da exclusão: identificaram-se 22 crianças de três a cinco anos fora da escola em 2024 (Unicef, 2023). Este dado reforçou a urgência da reabertura e serviu como argumento incontestável para pressionar as autoridades municipais a adotarem medidas imediatas.

Diante das evidências e das reivindicações, a Escola Municipal Rosalvo Silva dos Santos foi reaberta em 2024, inicialmente em regime multisseriado, e com previsão de ampliação da oferta para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no ano seguinte. Esta reabertura representa não apenas a restituição do direito à escolarização formal, mas também a ampliação da justiça social para os trabalhadores e trabalhadoras do campo que haviam sido privados da escolarização básica (Arroyo, 2010).

A imagem da escola reformada, símbolo da vitória da comunidade, será apresentada na Figura 2, ilustrando a materialização desta conquista coletiva.

Figura 2. Escola Municipal Rosalvo Silva dos Santos reformada após reabertura em 2024



Fonte: Imagem registrada pelos autores (2024).

A imagem evidencia a Escola Municipal Rosalvo Silva dos Santos após sua reforma em 2024, tornando-se símbolo da vitória da mobilização comunitária. Ela traduz a reapropriação de um espaço coletivo e a revalidação da escola como patrimônio social e cultural do campo, em consonância com a ideia de que a educação é também resistência e afirmação identitária (Caldart, 2012; Arroyo, 2010).

Como resultado do engajamento coletivo, a reabertura da escola ultrapassou a mera recuperação do espaço físico e assumiu um caráter profundamente simbólico: representou a reafirmação da educação no e do campo como direito inegociável, construído pelo protagonismo das comunidades campesinas. Stuart Hall

(2003) lembra que a identidade não é essência fixa, mas um ponto de encontro em disputa nas estruturas de poder. A escola, neste caso, constituiu-se como território de vida, cultura e resistência, assegurando às novas gerações a possibilidade de sonhar e se desenvolver no próprio campo. Como reforça Kaplún (1985), a educação popular parte da realidade concreta das pessoas e de suas lutas, tornando-se um instrumento de transformação social. Assim, a manutenção da Escola Rosalvo Silva dos Santos é, ao mesmo tempo, conquista presente e horizonte de esperança para o futuro do povoado.

Conclusão

A reabertura da escola, no Povoado de Salgado Grande, não pode ser compreendida apenas como um episódio local, mas como expressão de uma luta política maior, travada historicamente pelos povos do campo contra a lógica de exclusão e invisibilidade imposta pelo Estado e pelo capital. Ao reivindicar o direito de estudar e viver no próprio território, a comunidade rompeu com o discurso tecnocrático que insiste em justificar o fechamento de escolas pela “otimização de recursos” e pelo fim das classes multisseriadas, revelando que tais argumentos nada mais são do que instrumentos de um projeto de negação de direitos.

Este movimento político de resistência deixa claro que a escola do campo não é mercadoria sujeita a cálculos

gerenciais, mas patrimônio social e cultural construído pela coletividade. Sua reabertura, fruto da mobilização popular, reafirma que a educação do campo é conquista arrancada da luta, e não uma concessão de governos.

Assim, a experiência de Salgado Grande nos mostra que a educação do campo não se sustenta sem participação política ativa, sem resistência organizada e sem enfrentamento às políticas de caráter excludente. Mais do que recuperar um prédio escolar, a comunidade reconquistou um espaço de poder, um território de afirmação identitária e de formação de sujeitos críticos capazes de transformar sua realidade. Essa conquista, portanto, desafia o Estado a assumir sua responsabilidade histórica e reafirma que nenhuma política educacional será legítima se não estiver enraizada na escuta, no protagonismo e na soberania dos povos camponeses.

Em última instância, a luta pela reabertura da Escola Rosalvo Silva dos Santos reitera que o campo não é lugar de ausência, mas de presença e resistência, e que a escola do campo, quando defendida e reconstruída pela própria comunidade, torna-se trincheira de emancipação e horizonte de futuro para aqueles que recusam a lógica da exclusão e insistem em existir e resistir em seus territórios.

Referências

ARROYO, MIGUEL GONZÁLEZ. **EDUCAÇÃO BÁSICA E MOVIMENTOS SOCIAIS: NOVOS SUJEITOS E NOVOS DIREITOS**. PETRÓPOLIS: VOZES, 2012.

ARROYO, MIGUEL GONZÁLEZ. **EDUCAÇÃO DO CAMPO: CAMPO – POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCACIONAIS**. 2. ED. BRASÍLIA: ARTICULAÇÃO NACIONAL “POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO”, 2007.

ARROYO, MIGUEL GONZÁLEZ. POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO DO CAMPO. *IN*: ARROYO, MIGUEL; CALDART, ROSELI SALETE; MOLINA, MÔNICA (ORG.). **POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO**. 3. ED. PETRÓPOLIS: VOZES, 2010. p. 17-34.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, BRASÍLIA, 23 DEZ. 1996.

BRASIL. **LEI Nº 12.960, DE 27 DE MARÇO DE 2014**. ALTERA A LEI Nº 9.394/1996, ESTABELECENDO A EXIGÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO NORMATIVO DO SISTEMA DE ENSINO E DE CONSULTA PRÉVIA À COMUNIDADE ESCOLAR ANTES DO FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, BRASÍLIA, 28 MAR. 2014.

CALDART, ROSELI SALETE. EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. *IN*: MOLINA, MÔNICA CASTAGNA; JESUS, SONIA MEIRE SANTOS AZEVEDO DE (ORG.). **CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO**. BRASÍLIA: ARTICULAÇÃO NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2012. p. 91-128.

CALDART, ROSELI SALETE. EDUCAÇÃO DO CAMPO: NOTAS PARA UMA ANÁLISE DE PERCURSO. **REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO**, RIO DE JANEIRO, v. 16, n. 46, p. 147-176, JAN./ABR. 2011.

CALDART, ROSELI SALETE. **PEDAGOGIA DO MOVIMENTO SEM-TERRA**. PETRÓPOLIS: VOZES, 2004.

FREIRE, PAULO. **EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE**. 12. ED. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 1970.

FREIRE, PAULO. **PEDAGOGIA DA AUTONOMIA: SABERES NECESSÁRIOS À PRÁTICA EDUCATIVA**. 31. ED. SÃO PAULO: PAZ E TERRA, 2005.

FREIRE, PAULO. **PEDAGOGIA DO OPRIMIDO**. 17. ED. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 1987.

HALL, STUART. A CENTRALIDADE DA CULTURA: NOTAS SOBRE AS REVOLUÇÕES DE NOSSO TEMPO. **EDUCAÇÃO & REALIDADE**, PORTO ALEGRE, v. 22, n. 2, p. 15-46, JUL./DEZ. 1997.

HALL, STUART. **A IDENTIDADE CULTURAL NA PÓS-MODERNIDADE**. 11. ED. RIO DE JANEIRO: DP&A, 2003.

KAPLÚN, MARIO. **PROCESSOS EDUCATIVOS E CANAIS DE COMUNICAÇÃO**. PETRÓPOLIS: VOZES, 1985.

KAPLÚN, MARIO. **UMA PEDAGOGIA DA COMUNICAÇÃO**. PETRÓPOLIS: VOZES, 1992.